

Antônio Reis • Eduardo Lourenço • João Freire • José-Augusto França  
José Augusto Seabra • Manuel Braga da Cruz • Paulo Archer de Carvalho  
Paulo Samuel • Rogério Fernandes

# REVISTAS

## IDEIAS E DOCTRINAS

Leituras do Pensamento Contemporâneo



LIVROS HORIZONTE

S|hi

ANTÓNIO REIS, EDUARDO LOURENÇO, JOÃO FREIRE,  
JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA, JOSÉ AUGUSTO SEABRA,  
MANUEL BRAGA DA CRUZ, PAULO ARCHER DE CARVALHO,  
PAULO SAMUEL, ROGÉRIO FERNANDES

# REVISTAS

## IDEIAS E DOCTRINAS

LEITURAS DO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO

**Apresentação**  
ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO

**Introdução**  
LUÍS CRESPO DE ANDRADE



Apoios:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa  
Biblioteca Nacional

O Projecto de Investigação *Revistas: Ideias e Cultura (1900-1930)* é apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo POCTI, sendo participado pelo FEDER

Edição com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian

**Título:**

Revistas  
Ideias e Doutrinas  
Leituras do Pensamento Contemporâneo

**Autor:**

Vários

**Revisor:**

Cristina Cruz

**Capa:**

Estúdios Horizonte

**Ilustração da Capa:**

*Seara Nova*, n.º 8, 15 de Fevereiro 1922



© Livros Horizonte, 2003

ISBN 972-24-1142-X

Paginação e fotolitos:  
Gráfica 99

Impressão:  
Rolo & Filhos  
Janeiro 2003

Dep. legal n.º 163640/01



Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial para a língua portuguesa por LIVROS HORIZONTE, LDA.  
Rua das Chagas, 17-1.º Dt.º - 1200-106 LISBOA  
E-mail: [livroshorizonte@mail.telepac.pt](mailto:livroshorizonte@mail.telepac.pt)

## SEARA NOVA: OS ANOS DA REPÚBLICA

ANTÓNIO REIS

A revista *Seara Nova* surgiu em Outubro de 1921 com uma pretensão que desde logo a distinguiu de outras iniciativas passadas ou coetâneas no campo do publicismo periódico: a de se assumir, não como expressão e órgão de uma corrente estética ou mesmo de uma corrente de natureza simplesmente doutrinário-cultural, mas antes como expressão e órgão de um grupo de *intelectuais políticos* dotado de um pensamento estratégico de intervenção política suprapartidária na sociedade portuguesa, com vista a superar a crise mental, ideológica, política e económica do regime liberal-republicano em vigor.

Este prévio esclarecimento é indispensável para compreendermos o seu teor, significado e função sócio-cultural na década de 1920 e particularmente nos anos que precedem o advento da Ditadura Militar. A revista é, com efeito, indissociável de um *grupo* que se considera a si próprio como uma *elite intelectual* dinamizadora de um movimento de renovação de toda a elite intelectual portuguesa e de criação de uma opinião pública forte e consciente, que se impusesse aos políticos, e sem o qual seria impossível levar a cabo com eficácia as profundas reformas estruturais de que o país carecia. Um grupo que, para atingir tão ambicioso objectivo, está, por outro lado, disposto a recorrer a outros meios de intervenção tanto no plano da propaganda – com recurso à actividade editorial e aos ciclos de conferências – como no plano da intervenção política – com a dinamização de frentes de intelectuais dotadas de programas concretos de reformas e, em último recurso, com a própria participação em governos republicanos e coligações eleitorais de candidatura ao Parlamento.

A *Seara Nova* será, pois, o principal órgão de expressão de um grupo de intelectuais republicanos, que pretenderá levar até às últimas consequências uma concepção da missão política da elite intelectual, cujas raízes mergulham no projecto da Geração de 70, tal como foi formulado no célebre programa das Conferências do Casino. A leitura das suas páginas, entre Outubro de 1921 e

Agosto de 1926, constitui ao mesmo tempo um testemunho imprescindível para a compreensão das causas do fracasso da experiência liberal-republicana entre nós.

Surgida no período de maior instabilidade governativa da Primeira República, na sequência da queda do sidonismo e no auge da crise financeira e económico-social ditada pela Grande Guerra, a revista assume-se como instrumento de propaganda de uma estratégia que visava evitar a derrota dos valores democráticos pela reforma das instituições republicanas. Essa estratégia assentava na crença, de inspiração anterior, da prioridade da revolução moral e espiritual sobre quaisquer reformas de superfície ou golpes militares e na consequente necessidade de apostar antes de mais na urgente reforma da mentalidade da elite intelectual e na concomitante formação de uma forte opinião pública nacional, que exigisse e apoiasse a execução por um governo de competências do plano de reformas estruturais a elaborar por essa elite. Ora, reformar a mentalidade da elite intelectual passava, em primeiro lugar, pela desmontagem doutrinária quer das mistificações das correntes ideológicas de extrema-direita – Integralismo Lusitano, Cruzada Nun'Álvares e Fascismo – quer das utopias das correntes ideológicas de extrema-esquerda – bolchevismo e anarquismo –, se bem que no período que antecede a Ditadura Militar fossem as primeiras as mais perigosas e ameaçadoras, e como tal a merecerem a preocupação dominante dos seareiros. Mas passava também pela denúncia de perversões e fantasias estéticas que punham em causa os valores do racionalismo humanista – os únicos próprios de uma verdadeira elite intelectual, segundo os seareiros.

A *Seara Nova* procurará, por isso, desde o início, desempenhar uma tripla função: a) de propaganda de uma estratégia centrada na subordinação dos políticos a uma renovada elite intelectual criadora de um plano de reformas apoiado por uma forte opinião pública, com a simultânea difusão dos primeiros contributos especializados para esse plano; b) de combate doutrinário e cultural às ideologias de extrema-direita – e em menor grau de extrema-esquerda – e às estéticas vanguardistas, em nome da superioridade intelectual e moral de uma alternativa democrático-socialista e de uma estética subordinada a valores éticos humanistas e racionalistas; c) de crítica aos defeitos das instituições vigentes e ao comportamento dos seus dirigentes.

O primeiro número da revista, saído quatro dias antes da tristemente famosa “Noite Sangrenta” de 19 de Outubro de 1921, reflectia bem esta tripla preocupação. Com uma tiragem de oito mil exemplares – sem dúvida elevada na época para uma publicação do género – foi muito bem acolhida em variados sectores de opinião. As suas trinta e duas páginas de texto abarcavam desde artigos definidores do projecto do grupo até artigos sobre os problemas económicos do país, desde apontamentos críticos de acontecimentos da conjuntura

política até ensaios sobre problemas educativos, desde poemas e prosa literária até crítica de teatro e crónicas tanto sobre questões de literatura como sobre o movimento científico, filosófico, ético, artístico e social. Como mais tarde notaria António Sérgio: “Menos estritamente político-económica do que havia sido a *Pela Grei*, mais literária e mais variegada, mais popular e mais brilhante, ganhou o êxito que merecia alcançar”<sup>1</sup>.

A Raul Proença pertencia a autoria da parte de leão deste primeiro número, nada menos que 13 das 32 páginas, abrangendo desde os textos definidores do projecto seareiro até notas críticas da actualidade política. Até Julho de 1926 – com uma ligeira quebra entre meados de 1923, após a entrada de Sérgio para o corpo directivo da revista, e o 18 de Abril de 1925 –, será sua a pena mais marcante e assídua, tanto na formulação da estratégia de intervenção do Grupo na sociedade portuguesa e junto da classe política, como no combate crítico às ideologias antidemocráticas e na incansável denúncia dos principais vícios de funcionamento e comportamento dos partidos, das instituições e dos seus dirigentes. Por isso Câmara Reis não hesitará mais tarde em chamar-lhe o *cérebro* e a *espinha dorsal* da *Seara Nova*<sup>2</sup>. Proença, Reis e Cortesão formavam a *comissão política* do Grupo e da revista. O restante corpo directivo era constituído por Faria de Vasconcelos e Ferreira de Macedo – especializados em questões pedagógicas – e ainda por Raul Brandão, Aquilino Ribeiro e Augusto Casimiro, cujas colaborações serão predominantemente literárias. O jovem Azeredo Perdigão, que escreveria sobre questões económico-financeiras durante o primeiro ano da revista, completava o elenco. De entre os colaboradores habituais da revista destacavam-se os nomes de Ezequiel de Campos e de Quirino de Jesus, o primeiro na área económica e o segundo na área financeira. Ambos tiveram papel preponderante na redacção dos programas de reforma apresentados pelo Grupo ou pelas frentes por ele animadas, embora não o integrassem formalmente, apesar do primeiro ser normalmente tido como *seareiro*.

Desde o início, o Grupo Seara Nova viverá confrontado com uma dupla dificuldade: como compatibilizar a independência e o magistério doutrinário de carácter suprapartidário com a intervenção prática no rumo dos acontecimentos políticos, e como conciliar a urgência das reformas a introduzir no sistema político, educativo e económico da República com a morosidade do processo de criação de uma nova elite e de transformação da elite existente, com vista a suscitar o indispensável movimento de opinião pública através do qual aquela imporia o seu plano de reformas? Esta dupla dificuldade irá acompanhar e condicionar em permanência a actuação política dos seareiros, obrigando-os a oscilar entre formas de intervenção mais imediatista – como as que os levam a participar em 1923-24 no Governo de Álvaro de Castro, ao arripio das suas posições iniciais – e formas de intervenção mais doutrinárias e distan-

ciadas do múnus político, visando o longo prazo, bem como entre o reconhecimento da necessidade de uma ditadura transitória, obtida de preferência por meios parlamentares, para viabilizar no imediato um programa mínimo de reformas, e a desconfiança ou mesmo o temor de soluções de força cujas consequências seriam incontrolláveis. Uma tal oscilação no plano estratégico era ainda agravada por um dilema tático-organizativo: devia o Grupo dinamizar e integrar-se numa frente alargada de intelectuais de diferentes tendências doutrinárias constituída em torno de um programa mínimo de reformas ou, uma vez colocado perante o fracasso dessas frentes heterogéneas, optar por avançar autonomamente com o seu próprio programa e os apoios que este suscitasse na opinião pública?

Consciente da urgência da aplicação de um programa mínimo de reformas imediatas que, pelo menos, evitassem o agravamento da crise, o Grupo, pela pena de Jaime Cortesão, começa por propor, em finais de 1921 e em vésperas das eleições legislativas de Janeiro de 1922, um conjunto de “remédios mínimos” para “males máximos”<sup>3</sup>, dando prioridade à solução dos problemas educativo e económico. Sugeria, por isso, que as pastas da Instrução, Comércio e Agricultura fossem atribuídas a “competências estranhas aos partidos, mas por eles apoiadas, de maneira a garantir-lhes durante quatro anos a estabilidade necessária”. É uma fórmula ainda tímida de compromisso entre o quadro partidário vigente, com a inevitável instabilidade governativa a que dava origem, e um novo quadro institucional mais estável a preparar, numa tentativa para obter a primeira concessão da partidocracia dominante a um contributo extrapartidário nas áreas-chave capazes de abrirem caminho à superação da crise nacional: a educação e a economia. Precisamente as áreas onde a revista começa a publicar estudos e propostas desenvolvidas da autoria de Faria de Vasconcelos e Ezequiel de Campos, respectivamente.

Simultaneamente os seareiros, aproveitando o momento eleitoral, juntam-se a outros intelectuais de diferentes tendências doutrinárias num “Grupo de Propaganda e Acção Republicana”, com o objectivo de pressionar mais fortemente os partidos para uma solução governativa inspirada na proposta anteriormente apresentada. Mas os não seareiros em breve se desinteressam deste Grupo, porventura desiludidos com a clara vitória eleitoral dos democráticos. A urgência de caminhar no sentido de um programa mínimo de reformas, apoiado por um forte e alargado movimento de opinião, essa, porém, mantinha-se para os seareiros. E a 15 de Abril de 1922 o Grupo Seara Nova publica finalmente no n.º 12 da revista o ambicionado programa, no qual apela pela primeira vez para a formação de um governo liberto por algum tempo do controlo parlamentar e partidário, como condição *sine qua non* da resolução dos problemas mais graves do país, insistindo com alguma dose de idealismo no método persuasivo junto dos partidos como o mais adequado para fazer nascer um tal

governo. E uma vez mais privilegia a economia, as finanças e a educação como as áreas fundamentais da intervenção reformadora, no âmbito de uma concepção doutrinária que, subordinando o bem-estar económico à cultura e à civilização e a prosperidade material a fins espirituais, faz do “melhoramento físico e mental das novas gerações” a primeira condição da salvação do país. O Grupo, por seu lado, remetia-se ao papel de simples propulsor do movimento de opinião conducente a esse novo tipo de governo, embora sem recusar a possibilidade de com ele colaborar na execução do programa de que era afinal o primeiro autor...

Ingenuidade idealista ou pretensiosismo elitista? Excessiva crença no poder dos intelectuais e na fácil submissão dos políticos a estes? Eis as questões que uma tal tática de intervenção desde já nos suscitam e que não deixarão de nos acompanhar até ao final da análise do projecto seareiro.

Mas quais eram então as principais medidas reformadoras deste “Programa Mínimo de Salvação Pública”? No plano político-institucional, propunha-se uma vaga reforma constitucional do poder legislativo “de maneira a assegurar-se a representação das competências técnicas ao lado das políticas e a garantir mais eficazmente a separação dos poderes” – ideia esta que se tornará mais precisa em artigos posteriores de Proença, bem como nos programas da União Cívica e da Carta Aberta ao Presidente Teixeira Gomes, no ano seguinte. No plano social preconizava-se um esboço de Estado-providência, o fomento do cooperativismo e o reforço dos direitos dos inquilinos e dos trabalhadores – sem dúvida, o corpo de medidas mais ousadamente de esquerda de todo o programa. No plano financeiro apelava-se para uma reforma fiscal que aumentasse as receitas do orçamento e para a intervenção regulamentadora do Estado no mercado financeiro. A política agrícola, comercial, industrial e colonial é claramente desenvolvimentista: reordenamento agrário, aumento do regadio, florestação, apoio técnico aos agricultores, fomento da energia hidroeléctrica, melhoramento das infraestruturas de transportes, valorização económica das colónias. Por último, a chamada “política pedagógica” insistia na “neutralização política do Ministério da Instrução durante um período de 4 anos”, defendia a “liberdade de ensino com fiscalização do Estado”, a criação de jardins de infância e, sobretudo, a fusão dos liceus e das escolas primárias superiores num tipo de escola onde, “a par duma forte cultura geral, essencial e primordial, se inicie a orientação profissional” – uma ideia cara a Faria de Vasconcelos –, apostando ainda, por último, nas universidades e na “educação popular”.

Com um programa destes, que em muitos pontos, aliás, não se diferenciava dos programas habituais dos partidos políticos da época, não podia surpreender uma reacção do meio político no sentido de convidar a Seara Nova a constituir-se em partido e a submeter-se ao veredicto das urnas... Proença recusará,

no entanto, uma tal ilação aparentemente lógica. Porque, no seu entender, os seareiros, sem porem em causa a necessidade dos partidos numa democracia organizada, propunham-se uma missão diferente, própria de uma elite intelectual e não de políticos e partidos: nada mais nada menos do que a de definir o “ideal de uma nação”, “a de sentir e compreender o interesse nacional para obrigar os políticos a proceder em harmonia com ele”<sup>4</sup>.

Nunca de uma forma tão crua fora até então exposta a estratégia seareira do poder espiritual dos intelectuais iluminadores das consciências e dispensadores da “verdade desinteressada” aos políticos remetidos à condição de obedientes executores das ideias daqueles!... É a tese da “precedência do intelectual sobre o político”, que assim se afirma, à sombra de exemplos como os de Fichte em relação a Bismarck e de Mazzini em relação a Garibaldi e Cavour. Uma tese que continua a escamotear ou, pelo menos, a dar uma resposta demasiado insatisfatória à questão essencial da fonte de legitimação da elite intelectual e da bondade do seu programa. Uma tal elite surge como que autolegitimada pelo simples facto da sua condição intelectual e da sua relação desinteressada com o exercício do poder.

O certo é que o *Programa Mínimo* não consegue suscitar grande eco nem recolher apoios significativos. No segundo semestre de 1922, a revista parece mesmo perder algum fôlego, reduzindo a periodicidade de quinzenal para mensal e recorrendo mais quer à colaboração no campo cultural e literário, quer aos artigos dos seus especialistas nas áreas económica e pedagógica, apesar de Proença continuar a assegurar a maior parte das “Notas e Comentários” com que o Grupo ia exercendo a sua vigilância crítica sobre a vida política, sempre com a preocupação de retirar dos acontecimentos novas confirmações do acerto da estratégia preconizada desde o primeiro número.

Em princípio de 1923, porém, Proença parece descrente nas virtudes dos “planos concretos e aparentemente mais realistas de governação”, voltando a colocar a tónica nas “soluções a longo prazo” do problema educativo da “qualidade do homem” e da “mentalidade do escol português”: “A salvação nacional tem, pois, de ser, pela irremessível fatalidade das coisas, uma obra necessariamente lenta”<sup>5</sup> – afirma a um tempo peremptório e resignado. Todavia, não prescinde da urgência de um “governo nacional”, que mais não poderia fazer, porém, do que “pôr os termos do problema e preparar uma geração que possa arcar com as responsabilidades da independência duma pátria”<sup>6</sup>. E é a urgência desse governo, acompanhada pela necessidade de dar uma maior projecção e credibilidade pública às ideias essenciais do *Programa Mínimo*, que explica a nova iniciativa seareira de formação de “um movimento de propagação e salvação nacional”, composto de um vasto leque de 61 personalidades republicanas de várias cores políticas e até independentes, e que viria a designar-se União Cívica. A estratégia de longo prazo, uma vez mais, revelava-se

inviável sem uma intervenção no curto prazo. Mas esta intervenção também não surtiria efeito se confinada apenas ao grupo seareiro.

O manifesto da União Cívica, intitulado “Apelo à Nação”, seria distribuído no princípio de Março de 1923 e publicado no n.º 21 da revista, de Fevereiro/Março de 1923. As ideias essenciais vêm do *Programa Mínimo*, com algumas precisões e uma melhor sistematização e desenvolvimento. Assim, esclarece-se que os poderes excepcionais do governo nacional de competências para a execução de um “programa de governação extraordinária” seriam concedidos pelo Congresso da República “com adiamento das sessões pelo prazo indispensável”, obtidas que fossem pelo Presidente da República as necessárias tréguas entre os partidos. Fica assim implicitamente rejeitada qualquer via golpista, insurreccional ou anticonstitucional. De entre as políticas sectoriais, nota-se já o contributo de António Sérgio, recém-regressado do Brasil, para a política de educação, nomeadamente através das propostas de criação de uma Junta de Educação com amplas funções inspectivas e reformadoras, e de uma Junta de Orientação dos Estudos e Investigações Científicas, a fundir eventualmente com a primeira e responsável pela concessão de bolsas de especialização científica e pedagógica no estrangeiro com vista à “formação de um bom núcleo de professores”.

A União Cívica surgia para os seareiros como o embrião da nova elite preconizada no manifesto-programa publicado no n.º 1 da revista. Como se a urgência imposta pelos perigos da crise do país os obrigassem a antecipar para aqui e agora a constituição da nova elite antes sonhada para o longo prazo. “Órgão colectivo do pensamento político”, “espécie de Senado (no sentido dos revolucionários liberais de 1820) em que se congreguem todos os elementos de orientação intelectual” – eis a vocação que Proença assinala para o novo movimento no primeiro dos três artigos que consagra à defesa da União Cívica contra as objecções que a imprensa partidária lhe fizera<sup>7</sup>. Sem prejuízo, todavia, da autonomia da Seara Nova, mais vocacionada para a obra a longo prazo de “lenta preparação dos espíritos” e guardiã de uma estratégia de aposta no poder de orientação política das elites intelectuais, susceptível de resistir à eventualidade dos fracassos conjunturais de iniciativas como aquela.

Curiosamente, e por coincidência, o projecto seareiro saía também ele reforçado na mesma altura em que era constituída a União Cívica. António Sérgio acabara de entrar para o corpo directivo da revista, numa decisão efusivamente saudada por Raul Proença, que a considera “o maior triunfo ainda obtido pela *Seara Nova*”<sup>8</sup>. Com um tal reforço, a revista pode permitir-se dispensar parte do seu primitivo corpo directivo e assegurar do mesmo passo uma “maior unidade de doutrina”. Doutrina essa que é de imediato reafirmada nos seus traços essenciais: democracia entendida como o império de uma opinião pública esclarecida, em oposição a demagogia como sectarismo das paixões polí-

ticas; republicanismo de tendência socialista com a aceitação do princípio da intervenção correctora do Estado na vida económica, como agente coordenador e redistribuidor, em oposição quer aos abusos do liberalismo, quer ao revolucionarismo e ao irrealismo bolchevista; reformismo progressivo, estrutural e orgânico, em oposição ao golpismo permanente e vazio de ideias; respeito por todas as crenças e opiniões em matéria religiosa e filosófica, em oposição ao “proselitismo sectário, que pretende instituir em modos de ser obrigatórios simples convicções pessoais”; “organização e predomínio de uma elite generosa, inteligente e sabedora” como condição indispensável de elaboração de um plano de reformas apoiado na opinião pública e a ser executado eficazmente<sup>9</sup>.

Durou pouco, porém, a experiência da União Cívica, apesar das conferências públicas que organizou no início e do esboço de estruturação que ainda tentou. Entalada entre as suspeitas de infidelidade aos princípios democráticos e as críticas ao idealismo ingénuo do poder espiritual das elites acima dos partidos, rapidamente se viu condenada ao insucesso.

A estratégia seareira continuava enredada no seu círculo vicioso de origem: não podia haver reformas sem uma elite intelectual e uma opinião pública organizada e exigente; mas a criação dessa elite e dessa opinião pública pressupunha, por seu lado, as reformas em causa. Também por isso, e não apenas devido ao excesso de heterogeneidade ideológica e à incapacidade organizativa e de perseverança dos seus apoiantes, continuavam a falhar as tentativas de constituição de um esboço dessa elite e dessa opinião, como sucederia poucos meses depois, em Novembro/Dezembro de 1923, com o movimento dos “Homens Livres”, efémero agrupamento informal de integralistas e de alguns seareiros encabeçados por Sérgio, que levaria à caricatura este género de iniciativas<sup>10</sup>.

Fracassada a União Cívica, o Grupo Seara Nova aproveitará a eleição de Teixeira Gomes como Presidente da República para assumir como seu o essencial do programa e da estratégia do defunto movimento na “Carta Aberta” que lhe dirige, publicada no n.º 27 da revista, s/d mas correspondendo a Out./Nov. de 1923. A quem mais, no plano institucional e dentro da legalidade, poderiam, com efeito, recorrer os seareiros para fazerem vingar minimamente a sua estratégia e o seu programa de reformas? A mudança presidencial possibilitava a abertura de um novo ciclo político, num momento, aliás, em que se agravavam as divergências na Câmara dos Deputados e no seio do próprio Partido Democrático – com a contestação da sua ala esquerda chefiada por José Domingues dos Santos – e em que, por outro lado, se acentuava a crise financeira e a Legião Vermelha prosseguia a sua vaga de atentados bombistas.

A “Carta Aberta” denota o estilo inconfundível de Sérgio, pelo menos na sua parte preambular, no diagnóstico da crise nacional e no apelo final.

O preâmbulo revela a preocupação em deixar claros os propósitos do Grupo Seara Nova como força moral, mais do que política, democrática e não bolchevista, não partidária mas “procurando ajudar os partidos a aperfeiçoarem-se e a governar bem”, sem ambicionar “lugares” mas tão só servir a Nação. E após um diagnóstico da situação do país centrado nos problemas económicos e educativos, mas que não deixa de valorar positivamente a acção de alguns ministros do Governo de António Maria da Silva, a “Carta Aberta” procedia a um resumo das medidas político-administrativas mais urgentes, com algumas novidades interessantes relativamente aos documentos programáticos anteriores. Era o caso da proposta de introdução na Constituição do referendo, da iniciativa popular legislativa e de mecanismos de reforço dos poderes presidenciais, para além da abertura a uma progressiva descentralização administrativa regional “pelo método experimental”. Por último, a questão da necessidade de uma governação excepcional era agora objecto de um maior desenvolvimento e reflexão à luz da experiência em curso da ditadura de Primo de Rivera em Espanha e dos perigos de uma Ditadura Militar em Portugal.

A estratégia de curto prazo dos seareiros continua a ser a mesma: para aplicar medidas excepcionais, profundas e rápidas, só um governo “excepcional”, actuando na base de “largas autorizações” parlamentares e formado por “políticos de prestígio moral, que se vão buscar onde quer que estejam, assistidos dos técnicos mais competentes, e seguros do acatamento e da disciplina da força armada”. Tal governo seria, assim, o antídoto possível contra a tentação de uma ditadura oligárquico-militar. Por isso se concluía premonitoriamente: “Talvez se riam dos nossos avisos; mas um dia (ou a bem, ou a mal) ver-se-á que em nós lhes falava a razão”.

Não se conhece a reacção do novo Presidente a esta “Carta Aberta”. Mas os acontecimentos precipitar-se-iam de tal modo que, em breve, o Grupo se veria envolvido nas responsabilidades da governação pela mão de Álvaro de Castro, num ministério afinal ainda de base partidária, e com o beneplácito de Teixeira Gomes. Sensíveis aos propósitos reformadores do líder da Acção Republicana, a Seara Nova aceita participar no seu governo e logo com a responsabilidade de três pastas: a da Instrução Pública, entregue a António Sérgio, a quem Jaime Cortesão cederia o lugar; a da Agricultura, confiada a Mário de Azevedo Gomes; e a da Guerra, assumida por Ribeiro de Carvalho, um militar da confiança do Grupo. Em editorial do n.º 28, de Dezembro de 1923, intitulado “No Governo”, o Grupo procura justificar o autêntico golpe de rins estratégico que significava a sua aceitação de participar num ministério que não deixava de ter uma base partidária e de estar sujeito ao controlo parlamentar. São duas as razões invocadas, uma de ordem mais conjuntural e tática, outra de ordem mais estrutural e estratégica. A primeira tinha a ver com a necessidade de conjurar definitivamente “o perigo e a vergonha dum golpe militar em benefi-

cio dum partido, e chefiado por um aventureiro político serventuário da Finança, *o que seria a maior alteração de ordem moral que se teria produzido neste país*". A segunda, sem dúvida mais determinante, tinha a ver com a necessidade de passar rapidamente da teoria à prática, aproveitando a oportunidade oferecida para provar a capacidade de realização do Grupo e anular do mesmo passo a acusação, de que era alvo por parte dos seus adversários, de os seus membros não serem mais do que "teóricos e nefelibatas" refugiados numa "torre de marfim".

Sem explicitamente o afirmarem, os seareiros acabavam, assim, por reconhecer a pertinência das principais críticas que vinham sendo formuladas à sua estratégia. Falhada a aposta em sucessivas frentes alargadas de intelectuais de suporte à constituição de um ministério excepcional de salvação nacional que governasse por autorizações legislativas, como fórmula de compromisso entre a independência de uma elite suprapartidária e a intervenção prática reformadora, havia que agarrar essa alternativa mais modesta da participação no ministério de Álvaro de Castro, ao qual atribuem, aliás, o qualificativo de "governação nacional", mau grado a ausência do Partido Nacionalista – o maior da oposição, ainda que reduzido à sua ala mais conservadora, após a cisão do grupo de Álvaro de Castro. A inflexão estratégica operada retomava, aliás, hipóteses adiantadas na fase inicial de afirmação do Grupo Seara Nova, ainda que como último recurso e nunca como as mais desejáveis. Não sendo o ministério de Castro o "ministério ideal", restava aos seareiros contentarem-se "por ora, com as contingências que ao verdadeiro ideal nacional fixam as nossas tristes realidades políticas". A participação da Seara Nova ficava ainda condicionada à possibilidade de defender no governo o seu "ponto de vista de política geral" e de "pôr em prática os seus planos concretos de reformação".

Bastaria, no entanto, um pequeno conflito com o Parlamento, que aprovara uma proposta de promoção de sargentos contra a posição do Ministro da Guerra, para que os ministros indicados pela Seara Nova viessem a abandonar o Governo, escassos dois meses depois de nele terem entrado, mantendo embora o Grupo o apoio a Álvaro de Castro "enquanto reconhecer que S. Ex.<sup>a</sup> prossegue no caminho já encetado de moralização administrativa e implacável defesa dos dinheiros públicos"<sup>11</sup>. Não deixa de ser algo surpreendente que um conflito aparentemente menor tenha sido empolado ao ponto de determinar a saída do governo dos ministros seareiros, tanto mais que estes se orgulhavam de terem vindo a desenvolver um bom trabalho, cuja sequência gostariam com certeza de assegurar. Era, porém, uma questão de princípio que estava em jogo. Com a decisão tomada confirmavam a razão que lhes assistia quando criticavam o obstrucionismo parlamentar e a dificuldade de governar com aquele parlamento, ao mesmo tempo que deixavam no ar um alerta sobre a vantagem de rapidamente se vir a adoptar a solução estratégica do "governo excepcional",

aquela que, sem dúvida, continuavam a preferir. Era óbvio que o Grupo, apesar da simpatia com que continuava a ver os esforços de Álvaro de Castro, sonhara com outro tipo de governação, mais forte e mais independente, capaz de executar linearmente um programa gizado a régua e esquadro, sem se embulhar em complexas negociações partidárias, parlamentares ou com grupos profissionais. O governo “excepcional” dos seareiros era-o não apenas no sentido de que teria de agir fora de um quadro democrático-parlamentar normal, mas também, afinal de contas, como que acima da esfera específica do político, que deve ser por definição o lugar da resolução negociada dos conflitos. Ficava assim provada a dificuldade de uma elite intelectual se mover na complexa dialéctica da acção política.

O governo de Álvaro de Castro pouco mais tempo duraria. Em Junho de 1924 apresentava a demissão na sequência da aprovação parlamentar de uma moção de desconfiança parcial. Os seareiros viam uma vez mais confirmados os seus receios. Mas com a nomeação do chefe da ala esquerda do Partido Democrático, José Domingues dos Santos, para a presidência de um novo ministério em 22 de Novembro, reacendem-se algumas esperanças no Grupo. No quadro parlamentar vigente, era impossível encontrar uma alternativa com uma orientação mais próxima de muitas das medidas por ele preconizadas. Perante a arrogância crescente dos representantes dos interesses económicos e financeiros, difícil seria, pois, recusar uma qualquer forma de apoio ao novo governo, mau grado o seu menor prestígio e credibilidade pública relativamente ao de Álvaro de Castro. Para conciliar a evidente necessidade desse apoio e a coerência com as razões que tinham levado ao abandono do executivo de Álvaro de Castro, optou-se então por uma fórmula de colaboração mitigada: a integração de Ezequiel de Campos no elenco ministerial, com a pasta da Agricultura, não em representação formal da Seara Nova, mas tendo como chefe de gabinete um dos directores da revista, Sarmento Pimentel. Era a garantia de que, pelo menos numa área tão sensível para o desenvolvimento do país como a da política agrícola, a Seara Nova poderia ver em execução o seu programa. A justificação dada por Sérgio, em nome do Grupo, para uma tal decisão confirmava-o, acentuando a opção pragmatista que já estivera na base da anterior participação no governo, cujos resultados positivos são, aliás, sublinhados, sem embargo do reconhecimento de quão duro era “ter de resignar-se ao sacrifício de realizar uma obra por migalhinhas, cambaleante e truncada, em vez do conjunto organizado que trazemos no pensamento”<sup>12</sup>.

As medidas progressistas do governo de José Domingues dos Santos, incluindo as propostas de Ezequiel de Campos, despertam fortes resistências no Parlamento e geram violentas reacções por parte da recém-fundada União dos Interesses Económicos. Em 11 de Fevereiro de 1925, o ministério é derrubado pela aprovação de uma moção de censura apoiada pela ala direita do

Partido Democrático, pelos nacionalistas e pelos católicos. Assim se malograva a última e mais séria tentativa de combater a influência crescente das oligarquias financeiras. Pouco depois, consumava-se a cisão no seio do Partido Democrático, com a formação por José Domingues dos Santos do seu próprio agrupamento – a Esquerda Democrática.

A reacção dos seareiros à queda do governo não esconde a crescente simpatia que este lhe ia merecendo, apesar de certos excessos jacobinos. A 14 de Fevereiro de 1925, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, Jaime Cortesão afirma o aplauso do Grupo à “atitude de independência do governo derrubado perante a oligarquia das forças vivas” e apela à dissolução do Parlamento com vista à formação de um “governo nacional” que prosseguisse a obra encetada, assim repondo na mesa a habitual receita da Seara. Deste modo se encerrava o ciclo da intervenção directa dos seareiros na governação. O distanciamento crítico e mesmo a oposição frontal irão imperar a partir de agora, a par da preocupação crescente com o perigo do advento das “más ditaduras”.

Com efeito, os golpes militares reaccionários de 18 de Abril e de 19 de Julho funcionaram como um alerta máximo para a iminência de uma solução ditatorial de sentido bem diferente daquele que os seareiros preconizavam. A revista passa a prestar uma maior atenção à evolução dos acontecimentos políticos e regressa mesmo à periodicidade quinzenal entre Julho e Setembro de 1925, para se converter ousadamente em semanário a partir do n.º 54 de 3 de Outubro desse ano.

É altura também de Proença retomar uma colaboração mais assídua e mais interventora tanto na denúncia dos responsáveis pelo agravamento da crise das instituições republicanas como na formulação da estratégia a seguir e dos meios para a concretizar. Logo no n.º 45/46, de Maio de 1925, assina um artigo intitulado “O último movimento revolucionário” e várias “notas e comentários”, onde identifica as forças e as causas responsáveis pela crise: a União dos Interesses Económicos (U.I.E.), agente de corrupção dos políticos e dos jornalistas republicanos; o conluio entre republicanos nacionalistas e monárquicos para um sidonismo sem Sidónio, que levaria a uma nova traulitânea; a indisciplina dos militares; as lutas intestinas no Partido Democrático; a ausência de chefes de verdadeira categoria intelectual nas esquerdas e a inconcebível inferioridade intelectual da imprensa republicana em relação à sua elite. Perante o sucedido, impunha-se, pois, “restabelecer a autoridade, organizar a defesa do regime, fortalecer a ordem, acabar de vez com a impunidade que premeia todos os banditismos políticos”, como “primeiro dever dos que têm nas mãos os destinos da República”.

António Maria da Silva e Cunha Leal passam, desde então, a encarnar para Proença a atmosfera venal que envolvia a República. A campanha contra os dois políticos prosseguirá até ao 28 de Maio com violentas e regulares diatribes.

A luta contra a corrupção, o clientelismo e o nepotismo surge mesmo como condição imprescindível para neutralizar a ameaça fascista. Por outro lado, tão grave e tão perigoso para a democracia republicana como o conluio entre a oligarquia financeira e o poder político era também o conluio entre essa mesma oligarquia e a imprensa, como se comprovava com a orientação seguida pelos dois principais quotidianos do país, o *Diário de Notícias* e *O Século*. A agravar a situação, todo o sistema partidário padecia de um vício comum: o incontrolável fraccionamento no interior de cada agremiação num ambiente de progressiva indisciplina.

Responsabilizados, assim, em primeira linha, a oligarquia financeira, com o seu poder corruptor sobre os políticos e a grande imprensa, e o conjunto dos partidos políticos, sem excepções, o indisciplinado intervencionismo dos militares acabava por fazer mais figura de consequência ou sintoma quase inevitável da crise do que propriamente de factor contribuinte para a mesma.

Semelhante diagnóstico acabava por deixar aberta uma porta ao intervencionismo militar em condições excepcionais de colisão entre uma forte opinião pública nacional favorável a um programa de reformas e um obstrucionismo político-parlamentar, como Sarmiento de Beires deixará expresso no editorial do n.º 76 da revista, de 27 de Fevereiro de 1926, sob o título “A ‘Seara Nova’ e a situação”. O Grupo resvalava, assim, para uma posição não isenta de ambiguidades. O próprio Proença, apesar de todas as prevenções que vinha fazendo contra o perigo das “más ditaduras”, não hesita em continuar a teorização em torno da legitimidade de uma eventual solução de força para a crise das instituições. Segundo ele, a opção pela Evolução ou pela Revolução, pelo Parlamento ou pela Ditadura, é de facto uma opção de natureza táctica ou conjuntural subordinada ao objectivo estratégico da revolução espiritual das ideias, como claramente deixa perceber no importante artigo “Revolução e Ditadura”, com que pretendia responder à tese da prioridade de uma “ditadura revolucionária” defendida por Emlílio Costa numa série de artigos publicados na *Seara Nova*. Definidos a forma e o conteúdo do movimento espiritual lançado pelas elites e apoiado pela opinião pública, “o resto sairá dele como um *acto acessório, ulterior e infinitamente variável conforme as circunstâncias*”. A questão da eventual legitimidade de uma determinada solução ditatorial imposta por uma revolução militar ficaria destarte automaticamente resolvida: “O parlamento sanciona e perfilha o movimento e põe termo à sua caudal ejaculatória de palavras para praticar com o menor acompanhamento possível de oratória os actos legislativos que a opinião requer? Conservaremos o Parlamento. Ou contraria-o, atraícoando a vontade nacional? É a significação profunda da democracia que nos impelirá então para a ditadura”<sup>13</sup>.

Não se podia ser mais claro e taxativo neste exercício de lógica dedutiva a partir da grande premissa maior da prioridade do movimento espiritual das

elites. Um movimento que não se sujeita ao sufrágio, antes se impõe através de uma difusa opinião pública não mensurável por nenhum dos meios democráticos normais, é o bastante para fazer obedecer um parlamento e um governo saídos do sufrágio ou para os derrubar pela força, caso ousem resistir-lhe! A ideia da boa revolução – a espiritual – e da boa ditadura, como meio legítimo de, em determinadas circunstâncias, levar por diante aquela, parecia, assim, regressar em força numa conjuntura marcada pelos falhados pronunciamentos reaccionários do 18 de Abril e do 19 de Julho – apresentados como exemplos típicos das falsas revoluções para ditaduras ilegítimas.

Também Sérgio, como era de prever, defendia essa tese numa nota sobre o julgamento dos militares envolvidos no 18 de Abril: “E nós? Desejaríamos nós uma ditadura? Porque não? Muitíssimo diversa, porém, da que os revolucionários nos poderiam dar; ditadura que se fizesse, não em benefício de uma classe mas em benefício da Nação; ditadura preparadora de uma verdadeira Democracia, passagem sincera e reformatriz para um regime de maior justiça – não passagem para mais sólida, mais estável, mais onnipotente oligarquia. Ditadura de reforma, lealfíssima, que saiba o que quer e diga o que quer, que queira realmente aquilo que diz, e nos convença pela clara Ideia, antes de vencer pelo canhão”<sup>14</sup>. Ao contrário de Proença, porém, Sérgio, tal como Emílio Costa, parece bem mais virado para a adopção dessa solução num curto prazo e sem ingénuas ilusões sobre a possibilidade de o “movimento espiritual das elites” ser eventualmente acatado pelo parlamento e pelo governo em funções.

Proença tinha, porém, uma boa razão para ser bem mais prudente em relação à urgência de uma solução ditatorial ainda que transitória e ao serviço de uma política progressista. É que, como logo passa a alertar nesse mesmo artigo de resposta a Emílio Costa, pregar a Revolução e a Ditadura como soluções a curto prazo na conjuntura política de então, só aproveitava aos partidários da ditadura oligárquico-conservadora apostada em destruir as liberdades e assegurar a manutenção da “política dos negócios”: “Fazendo a propaganda da Revolução e da Ditadura, *estamos a fortificar a causa que deveríamos combater*. Porque é de toda a evidência que, entre nós, no actual momento, há só uma Revolução e uma Ditadura possível: é a Revolução e a Ditadura de Cunha Leal (...) infinitamente pior que o pior de todos os parlamentos do mundo (...) Revolução e Ditadura são hoje a cocaína com que nos adormecemos – e a prancha que estendemos a todos os salteadores!”<sup>15</sup>.

Foi esta prevenção final do grande seareiro, isolada do contexto geral da sua tese estratégica, que levou a algumas interpretações apressadas de que ele se demarcara inequivocamente de qualquer tipo de solução ditatorial para o problema da crise das instituições republicanas liberais. A contradição entre uma posição e outra é, pois, mais aparente do que real. Não havendo, porém, no curto prazo alternativa à vista ao parlamento em funções, que fazer?

O Grupo Seara Nova volta então a insistir na via do apelo ao Presidente da República recém-eleito – agora Bernardino Machado – para que nomeie um governo nacional de competências: “Apelamos para a inteligência e o patriotismo do sr. Presidente da República (...) Chegámos ao período agudo de uma situação excepcional; há que aceitar a ideia de processos excepcionais. Requer-se um chefe de ministério de incontestável honestidade política, rodeado de pessoas *competentes* – de competência moral e de competência política”<sup>16</sup>.

Era, porém, já tarde demais, pois Bernardino Machado acabara de reconduzir António Maria da Silva. Duas semanas depois, Proença manifesta a sua desilusão pela escolha presidencial e explica melhor a solução que os seareiros propunham no respeito pela ordem constitucional vigente. É para lamentar que Bernardino Machado não tenha aproveitado a ocasião para exercer uma magistratura de influência que curiosamente vem a terceiro: “S. Ex.<sup>a</sup> não podia nem devia sobrepor-se à vontade parlamentar, mas poderia talvez ter influído numa maneira decisiva (...) para que os partidos e os grupos com representação no Parlamento fizessem um pequenino esforço para se compenetrarem (...) da urgência cada vez maior dum governo nacional, dum governo de salvação pública (...)”<sup>17</sup>. O Presidente da República surge-lhe como o intérprete e o porta-voz possível, aqui e agora, da elite da Nação, a última instância de recurso para convencer a classe política dos partidos parlamentares a fazer um exame de consciência e a arrepiar caminho. Infelizmente para Proença e a Seara Nova, Bernardino limitou-se, na sequência de umas eleições ganhas com maioria absoluta pelo Partido Democrático, “a ser o pêndulo do relógio que bateu a hora... do sr. António Maria da Silva”<sup>18</sup>. Como se com aquele resultado eleitoral alguma vez pudesse fugir a essa alternativa...

Restava a Proença e aos seareiros, para além do combate de sempre pela criação de um forte movimento espiritual de elites renovadas na sua mentalidade, concentrarem agora o essencial do seu esforço crítico e construtivo, no curto prazo, na apresentação de propostas concretas de reforma das instituições e particularmente do parlamento. Tanto mais que o Congresso eleito em Novembro de 1925 se apresentava com poderes constituintes.

Gorara-se, porém, a tentativa de formar um bloco ou *cartel* alargado das esquerdas em Lisboa e Porto, composto pela Esquerda Democrática, pelos radicais, pelos socialistas e pelos seareiros, que teria fortes probabilidades de obter um bom resultado eleitoral nas duas cidades mais importantes do país. Apesar disso, a Esquerda Democrática ainda fez eleger uma quinzena de deputados, e entre eles Ezequiel de Campos, a título de “elemento da *Seara Nova* alheio a todos os grupos e partidos”, conforme esclarecimento do próprio grupo seareiro<sup>19</sup>.

Confirmadas as limitações da frente parlamentar, a Seara Nova, e Proença em especial, tentarão ainda uma dupla via de pressão sobre o Parlamento.

Segundo testemunho inédito do mesmo Proença em 1938/39, foram estabelecidos contactos com elementos dos partidos parlamentares – dos nacionalistas aos democráticos, dos alvaristas aos radicais e aos esquerdistas –, com vista à constituição de um “*bloco de resistência democrática* contra a ditadura e a corrupção”<sup>20</sup>. Ao mesmo tempo, e segundo ainda este testemunho, os seareiros promoviam um outro movimento paralelo “com os sindicalistas, os socialistas e os outros elementos democráticos, liberais e socializantes”, com vista a uma mobilização popular análoga à levada a cabo por Mussolini em 1919 “mas com ideias inteiramente diferentes”, porque inspirada por uma “mística democrática”. Após algumas reuniões na sede da *Seara Nova*, no Largo de Camões, em breve Proença se apercebia de que não tinha gente para a empresa, por falta de audácia, de vontade de triunfar e até de real convicção de ameaça de uma Ditadura Militar.

Restava, por último, o recurso aos tradicionais meios de propaganda persuasora, procurando amplificar os que já estavam em uso e acrescentar-lhes outros, porventura mais eficazes.

Com efeito, a revista por si só, ainda que com uma periodicidade progressivamente reforçada, não se afigurava suficiente para o desafio que tinham pela frente. Contactar directamente com o público, através de conferências e debates por todo o país, criando, ao mesmo tempo, o ambiente e as condições favoráveis ao lançamento de um grande diário independente e livre das tutelas de partidos e grupos financeiros, surgia aos olhos dos seareiros como uma tarefa inadiável à luz da conjuntura ditada pelos resultados das últimas eleições legislativas de Novembro de 1925. Em Dezembro desse ano, Proença avança já com um nome para o jornal: “*Voz Livre*, livre da corrupção e da mentira, que defenda a pureza dos princípios democráticos e uma larga política de reforma e construção”<sup>21</sup>. Apesar dos esforços desenvolvidos e da mobilização de vontades efectuada, o 28 de Maio chegaria sem que se tivessem reunido as condições mínimas para o arranque de tão ambicioso projecto. A falta de recursos humanos e financeiros fazia-se sentir de tal modo que nem sequer o projecto mais modesto de ir publicando regularmente números especiais da *Seara Nova*, de natureza temática, conseguiu passar do primeiro número consagrado ao problema colonial<sup>22</sup>.

Também o plano de conferências públicas nas principais cidades do país se quedou pelas três efectuada em Coimbra nos dias 23, 24 e 25 de Abril de 1926, com assinalável êxito, aliás, apesar de algumas provocações de grupos reaccionários. Em seis meses de acção intensiva, nem se reuniram os fundos e as vontades suficientes para lançar o ambicionado jornal diário, nem sequer se conseguiu editar e espalhar um simples folheto de apresentação do programa da *Seara Nova*, quedando-se as conferências por três numa cidade... O vento soprava decididamente em sentido contrário!

Apesar destas dificuldades, a revista mantinha a periodicidade semanal, procurando agora combinar uma maior acutilância crítica nos juízos sobre os acontecimentos políticos com um renovado ímpeto no combate ideológico, de que foi exemplo maior o longo artigo de Proença no n.º 77, de 6 de Março de 1926, intitulado “O Fascismo e as suas repercussões em Portugal”, logo a seguir difundido em separata. Desde a anterior série de Proença entre 1921 e 1922 consagrada à desmontagem das contradições e fragilidades do integralismo lusitano que a revista não se empenhava tanto na frente ideológica. Na sequência desse artigo, a Seara Nova participa activamente na semana de propaganda antifascista, coroada por uma grande sessão final no Ginásio do Liceu de Camões, em Lisboa, e na qual usaram da palavra, pela Seara, Rodrigues Miguéis e Câmara Reis.

A par da campanha que vinha sustentando contra a corrupção dos políticos, esta nova campanha doutrinária, agora contra o fascismo, confirmará Proença como a figura de proa da Seara neste período da vida do grupo e da revista, que antecede imediatamente o 28 de Maio. Retoma, assim, a preponderância dos dois primeiros anos, após um período de relativo apagamento, que se seguiu à entrada de Sérgio no Grupo e coincidiu com o seu forte empenhamento no arranque do *Guia de Portugal*. São os seus companheiros e a própria opinião pública que o reconhecem então como um *primum inter pares*, aquele que melhor encarnava no carácter e expressava pela pena os princípios doutrinários, os objectivos estratégicos e as prioridades críticas do Grupo Seara Nova. Se Sérgio privilegiava o ensaísmo cultural e as questões educativas, se Câmara Reis juntava às notas críticas pontuais a responsabilidade organizativa e administrativa, se Cortesão continuava a pairar nas nuvens altaneiras do intelectual algo distante da realidade concreta, se Ezequiel de Campos permanecia fiel ao estilo tecnocrático, se Sarmiento de Beires e Sarmiento Pimentel representavam os militares com preocupações político-intelectuais, Proença esse era, sem dúvida, o mais empenhado no combate doutrinário-ideológico em estreita articulação com a intervenção política. Nessa tarefa começava, aliás, a ser devidamente acolitado pelo grupo dos três colaboradores regulares mais jovens da revista: Rodrigues Miguéis, David Ferreira e Mário de Castro.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, e sobretudo os seus posteriores desenvolvimentos, acabariam por confirmar o bem-fundado dos receios e premonições dos seareiros e de Proença, em particular. A impunidade dos conspiradores do 18 de Abril e do 19 de Julho, que Proença fustigara como poucos, voltava-se contra o governo de António Maria da Silva para o derrubar sem contemplanções, com o aplauso, aliás, no início, de todos os que se opunham ao Partido Democrático e ao seu governo.

É neste contexto que a Seara Nova emite a sua primeira “nota oficiosa” logo no dia 30 de Maio. Os seareiros mostram-se então divididos entre uma

profunda desconfiança e uma ténue esperança, três dias depois de, na edição de 27 de Maio da revista, terem previsto sem ilusões o “desenlace de semanas seguidas de estirilidade tumultuosa num parlamento já com péssimas tradições”, denunciando a preparação de “mais uma revolução ou pronunciamento, venha da esquerda, da direita, dos partidos ou do exército”<sup>23</sup>. Redigida com todas as cautelas, a referida “nota oficiosa”, sem condenar explícita e abertamente o golpe, equaciona as duas hipóteses que se abrem aos seareiros: a do apoio a “um governo excepcional e com liberdade de acção, composto de competências, o qual tenha por objecto realizar as reformas essenciais, estabelecer a moralidade administrativa e fazer uma obra de educação cívica, a fim de preparar a possibilidade de um insofismado regime de instituições democráticas, adaptadas às necessidades do nosso tempo”; e a da reprovação de “um governo com a tendência a firmar um regime antiliberal e o predomínio de classe, e a não respeitar a liberdade de consciência sob todas as suas formas”<sup>24</sup>.

Estas duas hipóteses espelhavam bem a ainda profunda ambiguidade latente nos momentos iniciais do movimento militar do 28 de Maio e que, aliás, com tonalidades crescentemente conservadoras, o acompanhará até à formação do governo do General Domingos de Oliveira em Janeiro de 1930. Mas a ausência de uma explícita condenação do golpe militar não deixava, por outro lado, de entrar em contradição com anteriores posições da Seara, e sobretudo de Raul Proença, relativamente a outros pronunciamentos até então falhados e que sempre haviam sido condenados por despresto das condições apregoadas para a respectiva legitimação. Dir-se-ia que, colocados perante uma hipótese ainda que ténue de levarem por diante a sua estratégia de formação de um governo nacional de competências, os seareiros rapidamente se agarram a ela, tentando cavalgar os acontecimentos no sentido da consecução dos objectivos que sempre tinham defendido. A breve trecho, porém, se aperceberiam de que outros, mais lesto e apoiados, cavalgariam os mesmos acontecimentos no sentido exactamente oposto.

É ainda neste ambiente confuso e indeciso das primeiras duas semanas do golpe que Raul Proença volta a ser o rosto e a principal voz do Grupo Seara Nova, assinando o artigo de fundo do n.º 91, de 10 de Junho de 1926, sob o título “A Ditadura Militar”. Nele se demarca claramente do coro dos entusiasmados com que os adversários e críticos dos democráticos haviam acolhido o movimento militar, e mostra-se preocupado com um “horizonte cada vez mais incerto” e onde todas as opções permaneciam em aberto, já que o governo empossado se apresentava sem ideias, sem unidade e sem homens capazes, qual “bússola doida”. Afastando do horizonte o regresso ao *statu quo* anterior, Proença termina o artigo com um apelo aos chefes do movimento militar para “não inutilizarem as circunstâncias excepcionais do momento” e “entregarem o governo nas mãos de homens competentes”, assim pondo à prova a sinceri-

dade das suas intenções. Como se tudo fosse uma questão de qualidade das elites governantes a escolher e não se afrontassem naquele preciso momento duas concepções de regime político bem como ideologias e interesses sociais antagónicos... A um lúcido diagnóstico da situação criada pelo movimento do 28 de Maio, seguia-se, assim, uma ingénua terapêutica.

Com a evicção de Cabeçadas por Gomes da Costa, a 17 de Junho – suscitando a presença no Quartel do Carmo dos seareiros Jaime Cortesão e Aquilino Ribeiro entre o conjunto de forças e personalidades que se opuseram ao golpe de Gomes da Costa –, tudo se torna mais claro para o Grupo. Apesar disso, emite ainda um último apelo aos oficiais do movimento “sinceramente republicanos”. Sob o título “A República e o Exército”, n.º 93 da revista, de 23 de Junho, insiste na formação de “um autêntico governo nacional de competências, presidido por uma figura de grande prestígio que possa contar com o apoio de todos os portugueses”, sugerindo o nome do Almirante Gago Coutinho. Um apelo que não obteria qualquer eco.

A 9 de Julho é a vez de Carmona afastar Gomes da Costa. A censura, decretada em 23 de Junho, acentua-se a partir de então. Entre 15 de Julho e 12 de Agosto de 1926, a *Seara Nova* nem sequer consegue publicar um número. Sob o título “A ‘Seara Nova’ e a censura” (n.º 96, de 12 de Agosto de 1926), a direcção da revista atribui ao “lápiz censural de oficiais” a razão da crescente irregularidade da publicação e avisa: “Estamos a coleccionar os artigos cortados por eles; se chegarem para dar um número, sairão, em melhores dias, com uma dedicatória solene aos censores. Até lá iremos obedecendo ao seu capricho literário e inexperiente, mantendo à nossa Revista a feição puramente doutrinária”. Nem isso, porém, seria possível aos seareiros. A *Seara* ver-se-ia obrigada a suspender a sua publicação precisamente a partir desse número para só reaparecer em 14 de Abril de 1927, com os seus principais mentores – Sérgio, Proença e Cortesão – no exílio, o primeiro ainda antes da Revolução de Fevereiro de 1927, os dois últimos em consequência da activa participação que tiveram na que foi a primeira e mais violenta tentativa de derrube da Ditadura Militar.

Obrigada a partir de então a privilegiar a colaboração de carácter literário e ensafístico-doutrinário, a revista resistiria durante décadas à Ditadura e ao Estado Novo. Quanto ao Grupo *Seara Nova*, esse vira derrotada pelos factos a sua ambiciosa estratégia, tão cheia de contradições, ingenuidades e debilidades como rica em força moral e sincera defesa da superioridade da democracia e dos valores da Liberdade e da Justiça. Uma estratégia que configurou, afinal, a derradeira e mais sustentada tentativa de levar por diante um projecto de intervenção dos intelectuais na política, centrado na crença iluminista no poder das ideias na transformação da sociedade e dos homens e na eficácia a prazo do método persuasivo e dos seus meios pedagógico-propagandísticos.

Dotado de um programa reformador mais estruturado que o dos grupos que o antecederam – desde a Geração de 70 até à Liga de Acção Nacional em 1918 –, mesmo assim o Grupo Seara Nova viu-se condenado à impotência junto dos políticos do seu tempo e ao fracasso na captação do apoio das elites intelectuais suas contemporâneas. Estas mostrar-se-iam bem mais sensíveis às ideias autoritário-conservadoras numa primeira fase, e também ao marxismo a partir do início dos anos 30, umas e outro apostando, aliás, na sua instrumentalização e subordinação.

Nota: o texto desta conferência resulta da adaptação e condensação de alguns pontos do capítulo III da nossa dissertação de doutoramento intitulada *Raul Proença – Biografia de um intelectual político republicano*.

#### NOTAS

<sup>1</sup> António Sérgio, "Sobre as correntes inclusas na Renascença Portuguesa e seu destino", in Jaime Cortesão *Raul Proença Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1994)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p. 56. Poucos dias antes da saída do n.º 1 da revista, Jaime Cortesão alertava, no entanto: "Sob o ponto de vista literário, eu diria já que muito pouco se deveria publicar na revista que não tivesse uma intenção franca e nitidamente social" (Carta a Raul Proença, de 4 de Outubro de 1921, B.N. Esp. E7/867). Nem sempre tal desejo se veria correspondido...

<sup>2</sup> Câmara Reis, *As Questões Morais e Sociais na Literatura VI – Raul Proença*, Lisboa, Seara Nova, 1943, pp. 178-179.

<sup>3</sup> Cf. Jaime Cortesão, "Soluções políticas. Os males máximos e os remédios mínimos – o que a 'Seara Nova' propõe como solução imediata à crise nacional", *Seara Nova*, n.º 5, 24 de Dezembro de 1921.

<sup>4</sup> Raul Proença, "Nós e a 'Luta'", in *Seara Nova*, n.º 14, 1 de Junho de 1922. Este artigo seria publicado por Proença na 2.ª série das suas *Páginas de Política* sob o título "Seria a 'Seara Nova' um partido político sem o saber?".

<sup>5</sup> Raul Proença, "A salvação nacional e os movimentos revolucionários", in *Seara Nova*, n.º 20, Dezembro/Janeiro de 1923.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>7</sup> Raul Proença, "A União Cívica e a 'Seara Nova' – Definição da nossa atitude. Resposta às objecções fundamentais", *Seara Nova*, n.º 22, 23 e 26, de Abril, Maio e Agosto/Setembro de 1923.

<sup>8</sup> "Seara Nova", in *Seara Nova*, n.º 22, Abril de 1923. Este texto, não assinado, seria assumido por Proença como seu na 2.ª série das *Páginas de Política*.

<sup>9</sup> Cf. *ibidem*. Na sequência destes princípios doutrinários, Proença expõe as medidas programáticas mais importantes que deles decorrem, nomeadamente a necessidade do parlamento técnico a par do parlamento político, e a limitação do direito de propriedade por um conjunto de medidas que "o impeçam de colidir com o maior bem da comunidade", bem como a restrição ao indispensável do direito de herança.

<sup>10</sup> A iniciativa suscitou a oposição de alguns elementos do grupo seareiro, apesar da adesão das suas principais figuras. Curiosamente não há qualquer menção nas páginas da revista à constituição deste agrupamento. Nascido da obsessão voluntarista de Sérgio pelas frentes de elites intelectuais, não chegou a apresentar nenhum programa de reformas e dissolver-se-ia ironicamente em consequência da participação do mesmo Sérgio e de Azevedo Gomes no Governo de Álvaro de Castro formado em 18 de Dezembro de 1923. Está longe, pois, de ter tido a mesma importância e significado que a União Cívica, pelo que discordamos da importância que lhe é conferida por alguns autores, como Farelo Lopes, que dele se serve para fundamentar a sua tese sobre "O liberalismo decadente da *Seara Nova* (algumas hipóteses)", in *O Fascismo em Portugal Colóquio realizado pela Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 159-162.

<sup>11</sup> Comunicado de 26 de Fevereiro de 1924, publicado no *Diário de Lisboa*, de 27 de Fevereiro de 1924, e reproduzido na *Seara Nova*, n.º 32, de 1 de Março de 1924.

<sup>12</sup> "O Programa do Governo e o da 'Seara Nova'" (ass. S.), in *Seara Nova*, n.º 39, Nov/Dez. 1924.

<sup>13</sup> Raul Proença, "Revolução e Ditadura", *Seara Nova*, n.º 60, 14 de Novembro de 1925.

<sup>14</sup> António Sérgio, "Sobre o julgamento do 18 de Abril", in *Seara Nova*, n.º 57, 24 de Outubro de 1925.

<sup>15</sup> Raul Proença, art. cit.

<sup>16</sup> "Castigo aos criminosos e homens competentes no poder!", in *Seara Nova*, n.º 65, 19 de Dezembro de 1925.

<sup>17</sup> Raul Proença, "A situação política", in *Seara Nova*, n.º 67, de 2 de Janeiro de 1926.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Seara Nova*, n.º 58, 31 de Outubro de 1925.

<sup>20</sup> Raul Proença, ms. aut. inédito para a 3.ª série das *Páginas de Política*, in B.N. Esp. E7I Cxa 37, fls 48 E, G e M (1938-39).

<sup>21</sup> "Propaganda", in *Seara Nova*, n.º 66, 26 de Dezembro de 1925. A nota não assinada é, sem dúvida, da autoria de Proença que, no mês anterior, constituía com Rodrigues Miguéis e David Ferreira a "comissão de propaganda" da *Seara Nova*.

<sup>22</sup> "O problema colonial", *Seara Nova*, n.º 68/69, número especial de 36 páginas, de 9 de Janeiro de 1926. No n.º anterior, de 2 de Janeiro, anunciava-se o início na semana seguinte da publicação de uma longa série de números especiais sobre temas variados como as condições actuais da existência do operariado e das classes médias, a política e os políticos, o ensino, a literatura, o jornalismo e a justiça.

<sup>23</sup> "A Crise Política", in *Seara Nova*, n.º 89, de 27 de Maio de 1926.

<sup>24</sup> "A Revolta Militar", in *Seara Nova*, n.º 90, de 3 de Junho de 1926.

## DEBATE

**Mário Sottomayor Cardia** – Marnoco e Sousa, que era uma autoridade jurídica no tempo da Constituição de 1911, distingue dois tipos de ditadura, a ditadura à maneira antiga e a ditadura à maneira contemporânea. Esta ditadura é à maneira antiga, é a ditadura romana, é a ditadura-magistratura prevista na lei, é a ditadura temporária, é a ditadura com competências conhecidas, não é a ditadura que se inicia com Sidónio Pais e Lenine e que depois prossegue com Mussolini e vai por aí adiante. Então que ditadura era esta? Definição de Marnoco e Sousa em 1910: “Para que tenha lugar a ditadura são necessárias as seguintes condições: primeira, a existência de circunstâncias de necessidade ou de urgência, exigindo providências que não possam esperar pela deliberação do parlamento; segunda, competência do parlamento para tomar essas providências, visto elas terem carácter legislativo; terceira, exercício temporário das funções legislativas do poder executivo ou governamental tomando semelhantes providências.” Ou seja, o parlamento não funcionava, era fechado, o governo tinha competência para fazer decretos-leis e quando o parlamento reabrisse, o parlamento não teria competência para reapreciar esses decretos-leis. Eu suponho que isto é que era a ditadura de que falava António Sérgio.

**Rogério Fernandes** – Mas desde logo, seria uma resolução tomada por quem?

**MSC** – Pelo Presidente da República e pelo Rei no tempo da Carta Constitucional.

**RF** – O Presidente da República tinha sido eleito para cumprir uma constituição que não previa isso, portanto é um acto ditatorial e eu creio que os homens da *Seara* eram suficientemente lúcidos para saberem que era mesmo uma ditadura, agora não era a ditadura do Salazar, isso admito, não era a ditadura fascista, também não era a ditadura do proletariado, mas era uma ditadura e os homens da *Seara* eram suficientemente lúcidos para perceberem que não era por decreto-lei que a instituíam, tinha de ter necessariamente uma força militar, o que eles acreditavam era que o Ivens Ferraz ou provavelmente o Gomes da Costa eram homens democratas e que iam “arrumar a casa”, aliás houve muita gente que aderiu inicialmente porque era preciso “arrumar a casa”, como se o Salazar e os outros alguma vez tivessem pensado em “arrumar a casa”. Agora repare, é evidente que quando o Sérgio começou a ver os primeiros actos do regime de vinte e seis, percebeu que não era aquilo que ele queria.

Os homens da *Seara* têm graves responsabilidades históricas no advento do fascismo em Portugal e nós não podemos herdar essa herança, eu não endosso esse aspecto da herança seareira, de maneira nenhuma!

**António Reis** – Queria fazer um breve comentário sobre estes problemas, para mostrar qual é, efectivamente, a posição da *Seara Nova* em relação ao 28 de Maio.

No dia 30 de Maio de 1926, a revista publica uma nota em que ainda admite a hipótese, embora já com muitas reservas, de se vir a formar “o desejado governo excepcional composto de competências a fim de se preparar um insofismado regime de instituições democráticas adaptadas às necessidades do nosso país”. Mas logo em 30 de Maio reprova um governo com tendências a firmar um regime antiliberal e o predomínio de classe e a não respeitar a liberdade de consciência. Os homens da *Seara* são suficientemente realistas para perceberem, logo em 30 de Maio, que a tendência que se desenhava era uma tendência que já ia no sentido antiliberal. No dia 10 de Junho de 26, Proença num artigo desanica a incompetência dos novos governantes; a 17 de Junho, Jaime Cortesão, fardado, de armas na mão, está no quartel do Carmo a tentar segurar o governo de Mendes Cabeçadas contra o golpe de Gomes da Costa; a 23 de Junho, é, então, a contestação radical ao programa de Gomes da Costa, e uma proposta alternativa para Presidente ou Chefe de Governo muito curiosa, propõem, nada mais nada menos que, o Almirante Gago Coutinho para presidir ao governo da ditadura.

No fundo, o que é que distingue Sérgio, Proença e um democrata republicano normal nesta época em relação ao conceito de democracia? Há três conceitos que eu não vou poder desenvolver aqui, o conceito de democracia de Sérgio é o conceito da soberania da razão contra a soberania do povo, ele tem a seguinte afirmação num artigo: “A única soberania para o verdadeiro democrata é a soberania da razão e quando o povo deseja coisas contra a razão o nosso dever de democratas é não reconhecer ao povo soberania alguma, é contrariá-lo e emendá-lo. Democracia não é demagogia, mas sim ‘demopedia’ – educação do povo – como dizia Proudhon.”

Proença contra a soberania do povo afirma a soberania do indivíduo, é um coerente defensor de uma democracia individualista, no sentido jurídico-político do termo, e ambos consideram que os jacobinos republicanos representam, na linha do Rousseau, o pior da concepção da democracia como soberania do povo, que seria sempre algo que conduziria, mais tarde ou mais cedo, a regimes do tipo totalitário.

Estas são as três diferentes concepções que se enfrentam aqui e que decorrem da visão que cada um deles tem da importância do parlamento. Sérgio subalterniza de certa maneira o parlamento, propõe uma reforma radical do regime parlamentar que dê voz às classes organizadas, ao trabalho, aos produtores, contra a tirania das abstrações, propõe mesmo que a União Agrária leve ao parlamento a representação da sua classe, fora de qualquer partido. Esta visão não é partilhada por Proença, que pretende um parlamento representante dos indivíduos, do eleitorado composto por indivíduos. Portanto, há aqui consequências distintas ao nível da visão do parlamento e consequências distintas em termos estratégicos em relação à conveniência ou não de uma ditadura, ainda que boa, a curto prazo.